Prefácio

Carlos Nelson dos Reis

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

REIS, C.N. Prefácio. In: ROTTA, E., LOPES, H. C., and ROSSINI, N., eds. *O modelo de desenvolvimento brasileiro das primeiras décadas do século XXI: aportes para o debate* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 15-28. ISBN: 978-85-64905-82-5 . <https://doi.org/10.7476/9788564905832.0002>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PREFÁCIO

De uma maneira ou de outra, nas universidades, principalmente nos programas de formação em nível de Pós-Graduação, a produção de conhecimento materializa-se no estreitamento das relações entre professores e alunos e/ou orientadores e orientandos. Isto porque, ao longo do processo de construção de conhecimentos, as aproximações vão desde os aspectos técnico-científicos até os emocionais e, ao final, normalmente resultam em uma afetuosa relação de amizade, admiração e respeito.

Assim sendo, não me restam dúvidas de que foi essa regra que impulsionou a motivação do Edemar Rotta, dos professores e dos discentes autores desta publicação à formulação do convite para que eu escrevesse o prefácio de seu livro “O modelo de desenvolvimento brasileiro das primeiras décadas do Século XXI: aportes para o debate”. Indo por esta linha de raciocínio, o Edemar e seu grupo, por certo, foram generosos, porém pouco prudentes. Generosos porque, mais do que ninguém, sabem que, no Brasil atual, aos velhos professores pouco resta senão o reconhecimento de seus pares e ex-alunos. Pouco prudentes porque, envolvido por uma agenda pessoal e profissional bastante atribulada, eu poderia dedicar pouco tempo e, por consequência, não atender suas expectativas no desempenho da missão. Assim, investido desta consideração e restringido por minhas limitações de tempo, procurei me empenhar na execução de um texto que atendesse ao propósito de um prefácio de um livro tão rico em conteúdo.

A literatura de história, ciência política, economia e das demais ciências da área de sociais aplicadas tem registrado volume expressivo de estudos e análises sobre o processo histórico de evolução do modo de produção capitalista, bem como da economia brasileira. Dessa literatura se observa a ocorrência de alterações no ordenamento e na dinâmica do modo de produção capitalista à medida que ele se desenvolve. Um primeiro exemplo dessa manifestação é o que ocorre a partir do momento em que as bases materiais e subjetivas de sustentação dos argumentos teóricos do liberalismo econômico passa a mostrar sinais de esgotamento. Tal ocorrência se apresentou nos primeiros decênios do século XX, ocasião na qual o livre jogo das forças de mercado não mais se manifestou com eficácia para o funcionamento do mercado na lógica do capitalismo de livre mercado (HOBSEBAWN, 1995).

Esse esgotamento foi decorrente de processos político-econômicos, como o crescimento do movimento operário – que passou a ocupar espaços políticos importantes, forçando a burguesia empresarial a reconhecer direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos para os diferentes segmentos do operariado – e a concentração e centralização do capital – que desmontou a utopia liberal do indivíduo empresário, orientado por sentimentos morais.

O reconhecimento desse esgotamento de orientação liberal clássica, que demarca os limites do livre mercado, teve como seu maior expoente o economista inglês John Maynard Keynes, que questionou alguns dos pressupostos clássicos e neoclássicos da teoria econômica e para o qual não havia mais espaço para a autorregulação do mercado. Na perspectiva de Keynes, a economia é uma ciência moral, não natural, e, sendo assim, ele considerava insuficiente a Lei de Say, Lei dos Mercados, segundo a qual a oferta cria sua própria demanda. Provavelmente a grande mudança no pensamento econômico trazida por Keynes foi mostrar teoricamente que o Estado tinha legitimidade para intervir nas atividades produtivas e sociais e na regulamentação do mercado (REIS, 1997).

É de fundamental importância destacar alguns detalhes do cenário de crise no qual as ideias de Keynes vão ter espaço e concretizar-se como uma nova alternativa de pensamento teórico econômico. Pois bem, o contexto econômico dos anos 1920 mostrava: um mercado liderado por poderosos monopólios e oligopólios; dado o porte, a criação de empresas passa a depender de um significativo volume de capitais; uma expressiva proliferação de créditos, fato que acentua a articulação entre o capital financeiro e o industrial. Isso mostra que “A concorrência intercapitalista feroz entre grandes empresas de base nacional ultrapassou as fronteiras e se transformou em confronto aberto” (BEHRING, 2000, p. 25).

Por outro lado, não foi somente com as guerras que as elites políticas e econômicas passaram a reconhecer os limites do mercado, mas também com a crise de 1929¹. Na sequência, o período Pós-Segunda Grande Guerra Mundial é marcado por uma ampla expansão da economia capitalista sob a liderança do capital industrial articulado com o modelo de organização do trabalho taylorista/fordista, que resultou em ganhos de produtividade por um lado e, por outro, em um reconhecimento do poder sindical da classe operária.

Nesse período, o Estado, já fundamentado no referencial teórico keynesiano, teve o papel de impulsionador do crescimento econômico, canalizando o fundo público para o financiamento do capital e para a reprodução da força de trabalho, embasado na lógica de que, para impulsionar a produção, há necessidade de ampliar mercados e preservar um certo poder aquisitivo da população, a fim de viabilizar o consumo de mercadorias e dinamizar a economia. Assim, no cerne das ideias de Keynes está a intervenção estatal por meio de um conjunto de medidas anticíclicas.

1 “Crise de 1929/33 – Esse período também é conhecido como Grande Depressão. Foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova York. A crise se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio internacional a um terço do que era até então. Com ela instaurou-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados.” (SANDRONI apud BEHRING, 2000, p. 25).

É nesse contexto que as políticas sociais públicas passam a ter expressão. Num primeiro momento, as formulações e as implantações passam a ocorrer nos países desenvolvidos e, posteriormente, proliferam-se nos países em desenvolvimento. Assim, de um modo geral, a implementação dessas políticas tem início no contexto do capitalismo monopolista estatal – como meio de enfrentamento da questão social, buscando combinar o atendimento de necessidades decorrentes das demandas do desenvolvimento capitalista e as pressões de lutas de classes.

O capitalismo, no início do século XX, passou por profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, que se refletiram nas estruturas sociais e nas instâncias políticas das sociedades envolvidas. Nesse período histórico, o mercado capitalista concorrencial foi substituído pelo mercado capitalista de monopólios e oligopólios, sendo que muitos desses monopólios eram estatais.

A constituição da organização monopolística tinha como objetivo primeiro² “o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados” (NETTO, 1992, p. 16). Nessa organização, o sistema bancário e creditício também redimensionou seu papel econômico-financeiro, bem como comportou níveis e formas diferenciados, que iam desde acordos de cavalheiros à fusão de empresas.

A intervenção estatal mudou funcional e estruturalmente no capitalismo monopolista. Anteriormente a esse advento, o Estado atuava como zeloso guardião das condições externas da produção capitalista. Somente ia além da fronteira de garantidor da propriedade privada e dos meios de

2 A organização monopolística para além de seu objetivo principal, introduz na dinâmica da economia capitalista um leque de fenômenos “(a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; (b) as taxas de lucros tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; (c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro (MANDEL apud NETTO, 1992) e a tendência ao subconsumo; (d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil (logo, a taxa de lucro que determina a opção do investimento se reduz); (e) cresce a tendência a economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias; (f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado – o que, por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (contra-arrestando, pois, a tendência ao subconsumo)” (NETTO, 1992, p. 16-17).

produção em situações precisas – em que era necessária uma intervenção emergencial, episódica ou pontual. Nesse período, entretanto, essa intervenção fazia parte da organização e da dinâmica econômica de forma contínua e sistemática.

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente [...], da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções (NETTO, 1992, p. 21).

Dentre as funções econômicas que o Estado desempenha, existem as diretas e as indiretas. Como funções econômicas diretas “[...] a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis, [...] a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldade, [...] a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado” (NETTO, 1992, p. 21). Quanto às funções indiretas, destacam-se “[...] as encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas, [...] os investimentos públicos em meios de transporte e infraestrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e [...] os gastos com investigação e pesquisa [...]” (NETTO, 1992, p. 21-22).

A relação do Estado com os proprietários de fatores de produção, no capitalismo monopolista, dá-se de forma a proporcionar as condições necessárias à acumulação e à valorização do capital. Para exercer esse papel, o Estado deve legitimar-se politicamente, incorporando outros protagonistas sociopolíticos. Isso serve como base de sustentação e de legitimação sociopolítica, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permitindo-lhe organizar um consenso que assegure seu desempenho.

No tocante à exploração da força de trabalho, também chamam atenção as diferenciações entre o capitalismo concorrencial e o capitalismo monopolista. No primeiro, a intervenção do Estado sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas dos trabalhadores explorados ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada como um todo. No capitalismo monopolista, todavia, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, passam a ser função prioritária do Estado, que começa a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e a sua alocação frente às necessidades e aos projetos do mercado.

A transição ao capitalismo monopolista ocorreu paralelamente a um aumento da organização das lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores. “[...] as demandas econômico-sociais e políticas imediatas postas por todo este processo reivindicativo e organizativo macroscópico não vulnerabilizaram a modelagem da ordem econômica do monopólio, ainda que a tenham condicionado em medida considerável [...]” (NETTO, 1992, p. 23).

O capitalismo monopolista, em função de sua dinâmica e de suas contradições, cria condições que fazem com que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política, responda positivamente às demandas das classes subalternas, atendendo a interesses e a reivindicações imediatas. Nesse processo, há tensionamentos pelas exigências da ordem monopólica e também pelos conflitos que ela dinamiza em toda a sociedade.

No capitalismo monopolista, a funcionalidade essencial da política social do Estado se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho ativa, o que se dá mediante a regulamentação das relações capitalistas com trabalhadores, através do sistema de seguro social.

Sendo assim, a importância das políticas sociais é notável, no sentido de assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento, e, em nível

político, elas atuam como um vigoroso suporte da ordem sociopolítica, oferecendo respaldo efetivo à imagem do Estado como social, como mediador de interesses conflitantes.

Quando a regulação por parte do Estado atende aos interesses do trabalho, interferindo, de certa forma, nas demais ações reguladoras em benefício do capital, aceleram-se as reclamações dos capitalistas. Nos momentos de crise fiscal, quando aumentam as demandas sobre o orçamento público e há diminuição de recursos para serem investidos, as disputas em torno do destino dos recursos públicos torna-se cada vez mais acirrada.

É nesse contexto que começa a surgir uma reação histórica e política ao keynesianismo e ao Estado de Bem-Estar:

[...] inicia-se a reinvenção do liberalismo promovida pelos neoliberais no final dos anos 70 e 80, expandindo-se na década de 90, em todo o mundo. Em 1944, Friedrich Von Hayek [...] afirmava que a limitação dos mecanismos de mercado pelo Estado ameaçava a liberdade econômica e política (ANDERSON apud SADER; GENTILI, 1995, p. 8).

Os argumentos em defesa de um capitalismo livre de regras emergiram no período de crescimento mais rápido do capitalismo, no intervencionismo estatal – período que vai de 1945 até o final dos anos 60. A argumentação de Hayek e de seus seguidores era de que o novo igualitarismo, promovido pelo Estado de Bem-Estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, a qual estava ligada diretamente à prosperidade de todos. As teses do neoliberalismo ficaram repousando nos livros durante 20 anos.

O final dos anos 60 e o início dos anos 70 trouxeram consigo o fenômeno de estagflação para o conjunto dos países capitalistas, que experimentaram uma nova situação: baixas taxas de crescimento, com altas taxas de inflação. Nesse momento, entraram em cena os paradigmas teóricos neoliberais, que atribuem à crise, dentre outros elementos, o poder

excessivo dos sindicatos e o movimento operário, os quais haviam corroído as bases da acumulação capitalista com suas reivindicações salariais e os gastos sociais do Estado, o que desencadeava a destruição dos lucros das empresas e a inflação (SADER; GENTILI, 1995).

Na realidade brasileira a luta pela democratização e pela ampliação de direitos está associada à construção democrática do Estado e da sociedade. Essa dinâmica se insere nos processos econômicos e sociais ligados, por exemplo, à crise brasileira da década de 80.

[...] entendemos a crise brasileira como expressão particular de uma crise de natureza mais geral do capitalismo, cujos traços particularizantes são dados pelos modos e formas da inserção do Brasil na ordem capitalista mundial, consideradas as características históricas da formação econômica e social brasileira; isto é, sua base econômico-produtiva, a constituição das classes sociais e do Estado (FERNANDES, 1995, p. 23).

Tendo como referência as mudanças que ocorreram a partir da desagregação do Estado autoritário no Brasil, percebe-se a interpenetração de duas dinâmicas societárias que explicam a crise iniciada nos anos 1970 e sua expansão nos anos 1980: as complexas mediações de elementos políticos – determinados pela crise do autoritarismo – e os determinantes econômico-sociais. No Brasil, a crise do Estado desenvolvimentista e o ressurgimento do paradigma teórico neoliberal estão ligados ao Consenso de Washington e têm reflexos na crise do modelo nacional desenvolvimentista, diante da emergência de reorganização do capitalismo em escala mundial, que demanda que os países considerados de Terceiro Mundo cumpram as exigências das determinações oriundas da nova ordem mundial.

O objetivo do encontro denominado informalmente de Consenso de Washington era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da América Latina. Nessa avaliação, houve ampla concordância sobre a importância de haver reformas na região, e

ratificou-se a proposta neoliberal que as organizações financeiras internacionais vinham recomendando como condição para conceder cooperações financeiras externas, bilaterais ou multilaterais. No encontro foi registrado, com aprovação, o grau de efetivação das políticas já recomendadas, em diferentes momentos, por diferentes agências.

A mensagem neoliberal que o Consenso de Washington registraria vinha sendo transmitida, vigorosamente, a partir do começo da Administração Reagan nos Estados Unidos, com muita competência e fartos recursos humanos e financeiros, por meio de agências internacionais e do Governo norte-americano. Acabaria cabalmente absorvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se de sua iniciativa e de seu interesse fosse (BATISTA, 1994, p. 100).

Isso foi encaminhado de tal forma que, aparentemente, a grave crise econômica que enfrentava a América Latina não tinha raízes externas, devendo-se apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas adotadas e às formas autoritárias de governo nelas disseminadas, passando a impressão de que a solução residiria em reformas neoliberais.

As ideias neoliberais tiveram um *marketing* tão bem-feito que, além de serem identificadas com a modernidade, permitiram incluir, no Consenso de Washington, a afirmativa de que as reformas realizadas na América Latina se deram pela capacidade de visão, de iniciativa e de coragem dos seus novos líderes.

As discussões sobre a crise do Estado tornaram-se públicas, sendo veiculadas nos meios de comunicação, e se passou a admitir abertamente a tese da falência do Estado, visto como incapaz de formular política macroeconômica, e a conveniência de transferir-se a responsabilidade a organismos internacionais, o que levou, então “[...] a [se] admitir como premissa que o Estado não estaria mais em condições de exercer um atributo

essencial da soberania, o de fazer política monetária e fiscal” (BATISTA, 1994, p. 105).

No Consenso de Washington, a democracia e a economia de mercado estavam presentes como objetivos que se complementam e se reforçam, porém “[...] revela-se implicitamente a inclinação a subordinar, se necessário, o político ao econômico” (BATISTA, 1994, p. 105). A democracia não estava colocada como um meio para chegar ao desenvolvimento econômico e social, mas como um subproduto do neoliberalismo econômico.

As expressões da questão social, como educação, saúde, distribuição de renda e eliminação da pobreza, não foram tratadas no encontro, pois eram vistas como decorrência natural da liberalização econômica. Diante disso,

[...] deverão emergir exclusivamente do livre jogo das forças da oferta e da procura num mercado inteiramente auto-regulável, sem qualquer rigidez tanto no que se refere a bens quanto ao trabalho, um mercado, enfim, cuja plena instituição constituiria o objetivo único das reformas (BATISTA, 1994, p. 108).

Preocupada com a possibilidade de perder o controle do processo de reformas na América Latina, a burocracia internacional, sediada em Washington, passou a considerar conveniente incorporar novos elementos de natureza política e social aos de ordem econômica. Foi isso que levou o Banco Mundial a dedicar o seu *World Economic Report* de 1990 exclusivamente ao tema da miséria no Terceiro Mundo.

Nas palavras do ex-diretor do Centro para o Desenvolvimento da OCDE e atual assessor da Presidência do BID [Louis Emmerij], para levar a cabo as reformas sociais de que necessita a América Latina, não se voltaria, porém, a confiar no Estado. Muito pelo contrário. Tratar-se-ia de descentralizar ao máximo o setor público, pela municipalização dos recursos oficiais e pela mobilização das organizações não-governamentais, sabidamente estrangeiras em sua maioria. [Ele sustenta ainda que], para garantir a governabilidade e as reformas liberais, seria necessário, nada menos, nada mais, que ‘desagregar o Estado’. Esta seria, na sua opinião, a única maneira

de superar as burocracias nacionais, entendidas como obstáculo por excelência à modernidade [...] (BATISTA, 1994, p. 109).

As áreas abrangidas pela avaliação realizada no Consenso de Washington foram: “1. Disciplina fiscal; 2. Priorização dos gastos públicos; 3. Reforma tributária; 4. Liberalização financeira; 5. Regime cambial; 6. Liberalização comercial; 7. Investimento direto estrangeiro; 8. Privatização; 9. Desregulamentação; 10. Propriedade intelectual” (BATISTA, 1994, p. 118).

Essas propostas convergem para dois objetivos básicos: “[...] de um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco” (BATISTA, 1994, p. 119). Isso tudo regulado pelo princípio da soberania absoluta do mercado autorregulável nas relações econômicas internas e externas.

Nessa perspectiva, a América Latina converteu-se em um grande laboratório em que as burocracias internacionais, baseadas no Consenso de Washington, testam, em nome de uma pretensa modernidade, teorias e doutrinas que não têm ressonância nos próprios países desenvolvidos onde procuram inspiração.

O paradigma teórico neoliberal tem como receita para sair da crise as seguintes proposições básicas: manter um Estado forte, a fim de romper com o poder dos sindicatos e controlar a moeda, contudo mínimo nos gastos sociais e nas regulamentações econômicas; buscar permanentemente a estabilidade monetária como meta suprema do governo; praticar forte disciplina orçamentária contendo gastos sociais e restaurando a taxa *natural* de desemprego, traduzindo-se em desemprego estrutural³; efetivar reforma fiscal, reduzindo impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre

3 Desemprego estrutural – Origina-se de mudanças na tecnologia de produção ou nos padrões de demanda dos consumidores. Em ambos os casos, um grande número de trabalhadores fica em situação de desemprego, enquanto uma minoria especializada é beneficiada (SANDRONI apud BEHRING, 2000, p. 90). Considerando a corrida tecnológica permanente que demarca esse período do capitalismo, o desemprego estrutural torna-se um componente da vida contemporânea (BEHRING, 2000, p. 35).

as rendas; aumentar a desigualdade; efetivar desmonte dos direitos sociais, com quebra da vinculação entre a política social e os direitos – parte do pacto político do Estado de Bem-Estar.

Da crise global que atinge a sociedade capitalista contemporânea resultam movimentos importantes, como a reestruturação produtiva e a globalização das economias e dos mercados. Esses movimentos rebatem diretamente as formas de regulação do Welfare State, principalmente nos países que mais avançaram na implantação de sistemas de seguridade social.

A globalização do capital e dos mercados trouxe fortes repercussões aos países do Terceiro Mundo, em especial àqueles que possuem um complexo parque industrial em consolidação, como é o caso do Brasil.

De fato, desde o início da formulação de políticas econômicas fundamentadas no recorte teórico neoliberal, verifica-se, do ponto de vista social, o crescimento da pobreza, do desemprego e da exclusão social, ao mesmo tempo em que há uma imensa concentração de renda e riqueza no mundo (BERING, 2000). Já do ponto de vista político, o que se constata é o esvaziamento das instituições democráticas como reflexo de uma lógica economicista, autoritária e tecnocrática, assumida pelos Poderes Executivos, e, no campo da cultura, constata-se o aprofundamento do individualismo, do consumismo e do pensamento único.

Com a aceleração do conjunto do processo de produção/reprodução capitalista, acontece o aumento do desemprego, que se configura em desemprego estrutural. O crescimento do setor de serviços absorveu parte dessa mão de obra, entretanto, em proporção ao número de trabalhadores que perderam seu emprego, essa absorção torna-se insuficiente.

Na crise de superprodução, poderia haver reações em cadeia, mas elas foram amortecidas pelo seguro-desemprego, que não permite que caia bruscamente o consumo nos períodos de desemprego estrutural. Apenas o respaldada seguridade social não assegura, todavia, o efeito anticíclico.

Ao longo desta reflexão, buscou-se demonstrar que a política social brasileira ocupa posição residual no contexto da formulação da política

econômica a partir do período histórico de vigência do modo de organização do trabalho fordista e com o modelo de desenvolvimento keynesiano. Percebe-se, também, que o significado da política social não pode ser analisado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital, nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, pela relação desses processos na totalidade. O entendimento da luta no terreno do Estado – espaço contraditório, mas com hegemonia do capital – requer clareza sobre as múltiplas determinações que integram o processo de definição das políticas sociais, o que pressupõe qualificação teórica, ético-política e técnica.

Assim, nesse contexto, com a efetivação de políticas que resultam em possibilidades políticas, econômicas e públicas segregadas, a questão social coloca-se como objeto de políticas sociais. Portanto, é através da política social que o Estado, no capitalismo, procura administrar as expressões da questão social, buscando atender às demandas. Os reflexos da questão social – a fome, o desemprego, etc. – são recortados como sendo problemáticas particulares e dessa forma enfrentados.

É nesse contexto de transformações societárias, portanto, que as contribuições deste livro se fazem presentes, pois, ao reunir diferentes temas com abordagens tanto históricas, econômicas e sociais, o conjunto adquire uma significativa importância acadêmica e social. Acadêmica na medida em que permite mostrar a relevância dada pela academia às temáticas econômicas e sociais da contemporaneidade. E social na perspectiva da criação e do desenvolvimento dos diferentes temas, tendo a vigorosa participação de discentes e docentes.

Por fim, espero ter atendido às expectativas do Edemar e de sua trupe de autores, discentes e docentes, que me confiaram a honraria de prefaciá-lo este livro.

Porto Alegre, abril de 2017.

*Carlos Nelson dos Reis, Doutor em Economia.
Professor Titular Permanente do PPGSS/PUCRS.*

REFERÊNCIAS

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa et al. **Em defesa dos interesses nacionais**: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania**. Capacitação em Serviço Social e Política social. Módulo 3. Brasília: UNB, 2000.

FERNANDES, Ana Elizabete da. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileiros anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

HOSBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

REIS, Carlos Nelson dos. A Relação Estado Sociedade: o desmonte das instituições públicas e a exclusão social. Análise. **Revista da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas**, v. 8, n. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Org.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.